

Brasília - DF, 31 de agosto de 2023

Ao

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br

Comissão Eleitoral

Ref: Declaração para atender o item VIII inciso 2.3 da Chamada para convocação do Processo de Eleição em 2023/2026, dos representantes da Sociedade Civil para integrarem o Comitê Gestor da Internet do Brasil- CGI.br

Prezados Senhores;

Importante ressaltar que a FENAJU reúne os integradores estaduais, que são as Juntas Comerciais em seus respectivos Estados e no DF, buscando promover a integração dos órgãos de registro, licenciamento, Receita Federal do Brasil e os 5.570 municípios do Brasil.

Declaramos para fins de participação no Colégio Eleitoral que irá eleger um representante do "Terceiro Setor", que os motivos que levaram a nossa entidade a participar desse processo democrático foi de levar as posições e reivindicações do setor empresarial nos diversos temas que são debatidos.

Vimos por este expor para ao final requerer conforme segue;

Considerando que a FENAJU, sucessora da ANPREJ, congrega as Juntas Comerciais, e que mais de 50% das Juntas Comerciais atendem seus usuários exclusivamente por meio digital, por meio de certificado digital utilizando o certificado digital ICP Brasi.



Através de um representante do nosso segmento, levaremos aos nossos representados todas as iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da qualidade técnica, a inovação e a divulgação dos benefícios que o CGI.br através do seu braço executivo NIC.br - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, realizam aos usuários da Internet do Brasil, como por exemplo:

1. Estudo e acompanhamento das práticas em uso de comércio eletrônico no Brasil;
2. Coordenação da atribuição de endereços de (IPs) e registro de domínio sob o ccTLD “.br” (Country Code Topel Level Domain);
3. Disseminação do material educativo disponibilizado pelo cert.br para conscientização e práticas de uso da rede, difusão de conteúdos específicos através de fascículos e periódicos disponibilizados nas mídias impressas, eletrônicas e digitais;
4. Apresentação de Workshops em Eventos dos nossos representados voltados para o desenvolvimento tecnológico;
5. Participar ativamente das Recomendações do CGI.br nos Projetos de Lei que regulamentam o Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, os Crimes Cibernéticos, Franquia de Dados na Banda Larga Fixa;
6. Organizar e disseminar informações sobre os serviços Internet, operar os Pontos de Troca de Tráfego - IX.br em todo o território nacional;
7. Disseminar as pesquisas nacionais que trazem indicadores sobre as disponibilidades e uso da internet do Brasil principalmente ligadas ao setor empresarial.
8. Instruir os técnicos de informática de nossas entidades empresariais a tratar os incidentes de segurança através dos cursos promovidos pelo CERT.br Centro de Estudos, Resposta e Tratamentos de Incidentes de Segurança no Brasil;
9. Participar, através de nosso representante nos fóruns Nacionais e Internacionais de Governança da Internet





## **AMBITO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EM ATIVIDADES RELACIONADAS À INTERNET**

Orientação permanente de nossos representados que são as Juntas Comerciais do Brasil, a evangelizar a sociedade usuária, para realizar assinatura de contratos e atos societários em Portais de Assinaturas, utilizando os Certificados Digitais ICP Brasil.

As Juntas comerciais passam por um processo de desmaterialização dos registros mercantis, aonde todas as empresas deverão utilizar apenas o meio digital para dar publicidade aos atos societários.

Utilizar as plataformas na Internet para desburocratizar e agilizar o registro de empresas no Brasil, divulgando as informações em ambiente seguro.

Necessitamos também prestar um serviço de orientação permanente de nossos representados para combater os crimes cibernéticos nas suas redes, através de orientações do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil – Cert.br

As Juntas Comerciais, necessitam dos conhecimentos compartilhados pelo CGI.br para mensurar se os Sites e Redes estão seguros para trabalhar com Comércio Eletrônico, Lei de Proteção de Dados Pessoais nas Plataformas utilizadas junto aos seus usuários, dentre outras atividades que necessitam de uma Internet mais segura, com resiliência e respaldo legal.

Nas reuniões de Presidentes buscamos unir esforços para a uniformização de procedimentos e socializar as boas práticas em prol da desburocratização, visando o desenvolvimento do Brasil.

Nos eventos maiores como ENAJ e CONAJ reunimos, Presidentes, Vice-presidentes, secretários gerais, procuradores, diretores, técnicos em TI, gestores das Juntas Comerciais e interessados no registro mercantil.

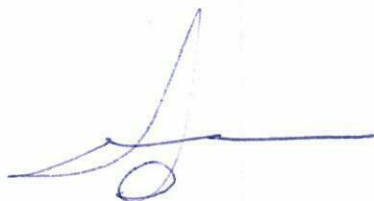
Desses eventos muitas IN, enunciados e demais orientações já foram alcançadas visando o avanço em favor da desburocratização com fins de fomentar a economia do país.

Importante destacar que além dos eventos promovidos pela FENAJU, membros da federação participam de diversos eventos promovidos por variados órgão, ou entidades, dentre os quais destaca; Sindicato de Leiloeiros, Associação nacional de tradutores públicos, DREI, RFB, COAF/UIF, ASORLAC (Asociación de Registradores de América Latina y el Caribe), entre outros.

Com isso é possível observar um crescimento considerável em reconhecimento público da FENAJU como entidade comprometida com o desenvolvimento a nível nacional e internacional.

Sem mais para o momento, reiteramos nossos agradecimentos pelo apoio do NIC.br e cgi.br, e renovamos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,



CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS JUNTAS COMERCIAIS - FENAJU